




REV.	DATA	MODIFICAÇÃO	VERIFICAÇÃO	APROVAÇÃO
2	06/08/2015	Emissão Final		
1	20/03/2015	Revisão segundo Parecer IBIO / Município		
0	08/07/2014	Emissão Inicial		



**Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaraçu, Marliéria, Nova Era e Rio Piracicaba**

**PRODUTO 6 – PLANO DE INVESTIMENTOS  
MUNICÍPIO: BELA VISTA DE MINAS**

ELABORADO:  P.H.D.D./ M.G.		APROVADO: Fernanda Bigaran ART Nº: 92221220140020791 CREA Nº: 5061922128-SP			
VERIFICADO:  J.M.M.J.		COORDENADOR GERAL: Maria Bernardete Sousa Sender ART Nº: 92221220140020641 CREA Nº: 0601694180-SP 			
Nº (CLIENTE):	-	DATA:	06/08/2015	FOLHA:	
Nº ENGECORPS:	1246-IBA-02-SA-RT-0006-R2	REVISÃO:	R2		1 DE 56

---

**Instituto BioAtlântica**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba**

---

*IBIO – AGB DOCE / CBH-PIRACICABA*

**Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos  
Municípios de Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaráçu, Marliéria, Nova  
Era e Rio Piracicaba**

---

***PRODUTO 6 – PLANO DE INVESTIMENTOS***  
***MUNICÍPIO: BELA VISTA DE MINAS***

ENGEORPS ENGENHARIA S.A.

1246-IBA-02-SA-RT-0006-R2

Agosto/2015



Instituto BioAtlântica – IBIO – AGB Doce  
Endereço: Rua Afonso Pena, 2590 - Centro  
Governador Valadares - MG  
CEP: 35010-000  
Telefone: +55 (33) 3212-4357 / 3277-9845  
Endereço eletrônico: [www.ibioagbdoce.org.br](http://www.ibioagbdoce.org.br)

Equipe:

Coordenação Técnica - IBIO – AGB Doce:  
Diretor Geral: Ricardo Alcântara Valory  
Diretor Técnico: Edson de Oliveira Azevedo  
Coordenador de Programas e Projetos: Fabiano Henrique da Silva Alves

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba (CBH-Piracicaba):

Presidente: Iusífith Chafith Felipe  
Vice-presidente: Flamínio Guerra Guimarães  
1º Secretário: Luiz Cláudio de Castro Figueiredo  
2º Secretário: Pedro Paulo da Silva Neto

Consultor (Contrato IBIO – AGB Doce nº 06/2014)  
Telma Procópio Guerra

Elaboração e execução:

Engecorps Engenharia S.A.  
Al. Tocantins, 125 – 13º andar  
CEP: 06455-020 – Barueri-SP  
PABX: 11-2135-5252 – Fax: 11-2135-5270  
Endereço eletrônico: [www.engecorps.com.br](http://www.engecorps.com.br)

**ÍNDICE**

	<b>PÁG.</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DE INVESTIMENTOS.....</b>	<b>9</b>
2.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	9
2.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	10
2.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	10
2.4 DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	11
2.5 PROGRAMAS GERAIS.....	12
2.6 PROGRAMAS EDUCACIONAIS.....	13
2.7 PROGRAMAS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL.....	14
<b>3. RELAÇÃO DAS AÇÕES E SEUS CUSTOS DE INVESTIMENTOS.....</b>	<b>16</b>
3.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	16
3.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	16
3.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	17
3.4 DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	17
3.5 PROGRAMAS GERAIS.....	18
3.6 PROGRAMAS EDUCACIONAIS.....	19
3.7 PROGRAMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL.....	19
<b>4. CRONOGRAMAS.....</b>	<b>21</b>
<b>5. PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS E FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....</b>	<b>29</b>
5.1 CONDICIONANTES GERAIS.....	29
5.2 FORMAS DE OBTENÇÃO DE RECURSOS.....	30
5.3 FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	30
5.4 LISTAGEM DE VARIADOS PROGRAMAS E AS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SANEAMENTO.....	32
5.5 DESCRIÇÃO RESUMIDA DE ALGUNS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS DE GRANDE INTERESSE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMSB.....	35
5.6 INSTITUIÇÕES COM FINANCIAMENTOS ONEROSOS.....	38
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO I – REUNIÃO DO PRODUTO 6: PLANO DE INVESTIMENTOS.....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO II – PARECER IBIO – AGB DOCE / MUNICÍPIO.....</b>	<b>51</b>

---

## SIGLAS

---

ANA – Agência Nacional de Águas  
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBH-DOCE – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce  
CBH-PIRACICABA – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CIM – Custo Incremental  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa  
COFIEIX – Comissão de Financiamentos Externos  
ENGENCORPS – ENGENCORPS Engenharia S.A.  
ETA – Estação de Tratamento de Água  
ETE – Estação de Tratamento de Esgotos  
FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador  
FIRCE – Departamento de Capitais Estrangeiros  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FHIDRO – Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FNMA – Fundo do Meio Ambiente  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  
IBIO-AGB Doce – Instituto BioAtlântica – Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
INCC – Índice Nacional dos Custos da Construção  
LDO – Leis das Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MCidades – Ministério das Cidades  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MS – Ministério da Saúde  
OGU – Orçamento Geral da União

PARH Piracicaba – Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO2  
PASS – Programa de Ação Social em Saneamento  
PCM – Plano Comunitário de Melhoramentos  
PDDU – Plano Diretor de Drenagem Urbana  
PDR – Política de Dinamização Regional  
PGIRS – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos  
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico  
PPA – Plano Plurianual  
PRODES – Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas  
PROGEST – Programa de Apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos  
PRO-INFRA – Programa de Investimentos Públicos em Poluição Ambiental e Redução de Risco e de Insalubridade em Áreas habitadas por População de Baixa Renda  
PROSAB – Programa de Pesquisa em Saneamento Básico.  
RCC – Resíduos da Construção Civil e Demolição  
REBRAMAR – Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos Sólidos.  
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos  
RSS – Resíduos dos Serviços de Saúde  
SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento  
SEDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
SEMAD – Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil  
TdR – Termo de Referência  
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo  
UPGRH DO2 – Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Piracicaba

## **APRESENTAÇÃO**

O presente documento é parte integrante da Etapa III do Prognóstico, contempla o Plano de Investimentos para implementar os programas, projetos e ações propostos para os Serviços de Saneamento Básico para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), referente ao município de Bela Vista de Minas, integrante da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Piracicaba – DO2, conforme contrato 23/2013 firmado em 01/11/2013 entre a ENGEORPS e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), e a ordem de serviço 01/2013 protocolada em 19/11/2013.

Para a elaboração do plano municipal, serão considerados a lei federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, o termo de referência (TdR) do Ato Convocatório nº 17/2013 (Contrato de gestão ANA nº 072/2011/ Contrato de gestão IGAM nº 001/2011) para contratação dos serviços objeto desse contrato, a proposta técnica da ENGEORPS e as premissas e procedimentos resultantes da reunião inicial realizada no município de João Monlevade, em 14 de novembro de 2013, entre o IBIO – AGB Doce, o CBH-PIRACICABA, os representantes dos municípios e a ENGEORPS.

O Plano de Trabalho, para elaboração do PMSB, que engloba os componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, representa um modelo de integração entre as etapas estabelecidas no TdR, com inter-relação lógica e temporal, objetivando a elaboração dos produtos solicitados, conforme apresentado a seguir:

### **ETAPA I – PLANEJAMENTO DO PROCESSO**

- ✧ PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO;
- ✧ PRODUTO 2 – PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

### **ETAPA II – DIAGNÓSTICO TÉCNICO-PARTICIPATIVO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

- ✧ PRODUTO 3 – DIAGNÓSTICO TÉCNICO-PARTICIPATIVO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

### **ETAPA III – PROGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

- ✧ PRODUTO 4 – OBJETIVOS E METAS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- ✧ PRODUTO 5 – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES E HIERARQUIZAÇÃO DAS ÁREAS E/OU PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIOS;
- ✧ PRODUTO 6 – PLANO DE INVESTIMENTOS;
- ✧ PRODUTO 7 – ARRANJO INSTITUCIONAL E SISTEMA DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO COM SELEÇÃO DOS INDICADORES PARA MONITORAMENTO DO PMSB.

---

#### **ETAPA IV – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E CONSULTA PÚBLICA**

- ✧ PRODUTO 8 – RELATÓRIO FINAL DO PMSB;
- ✧ CONSULTA PÚBLICA.

O processo de elaboração do PMSB terá como referência as diretrizes sugeridas pelo Ministério das Cidades, através do Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento (MCidades, 2011), quais sejam:

- ✓ Integração de diferentes componentes da área de Saneamento Ambiental e outras que se fizerem pertinentes;
- ✓ Promoção do protagonismo social a partir da criação de canais de acesso à informação e à participação que possibilite a conscientização e a autogestão da população;
- ✓ Promoção da saúde pública;
- ✓ Promoção da educação sanitária e ambiental que vise à construção da consciência individual e coletiva e de uma relação mais harmônica entre o homem e o ambiente;
- ✓ Orientação pela bacia hidrográfica;
- ✓ Sustentabilidade;
- ✓ Proteção ambiental;
- ✓ Inovação tecnológica.



---

## 1. INTRODUÇÃO

O Produto 6 – Plano de Investimentos faz parte das atividades desenvolvidas na Etapa III configurando-se como um relatório parcial do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

O enfoque principal está relacionado com o levantamento dos investimentos necessários para implementar os programas, projetos e ações e a hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção prioritários dos serviços do saneamento básico definidos no Produto 5.

Portanto, nos capítulos subsequentes, apresentam-se todas as questões que, direta e indiretamente, estão relacionadas com esse Produto 6, ressaltando-se que informações e dados, ainda não obtidos ou obtidos de forma parcial, junto a diversas entidades envolvidas com o problema, em função de dificuldades de natureza variada ou mesmo porque exigem um maior tempo para obtenção, poderão ou deverão ser complementados, revisados ou alterados no Produto 8 (PMSB propriamente dito).

## 2. METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DE INVESTIMENTOS

A definição dos valores estimados para cada ação foi realizada através de diversas consultas junto a fornecedores, prefeituras e empresas que estão implantando projetos e executando obras semelhantes, tabelas de serviços e insumos (como é o caso da SINAPI), bem como indicadores de custos do Ministério das Cidades. Quanto aos produtos, máquinas, veículos, equipamentos, softwares, etc., as consultas foram baseadas em publicações especializadas.

Cabe destacar que esses valores são estimados, levando-se em conta a realidade econômica do mercado atual, o que exigirá da administração municipal atualização e adaptação dos custos aos projetos básicos e executivos específicos que serão elaborados. Por apresentarem bases distintas, os custos definidos foram reajustados pelo INCC (Índice Nacional dos Custos da Construção) para Agosto/2014.

### 2.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os custos previstos para o Sistema de Abastecimento de Água do município de Bela Vista de Minas foram estimados a partir Planos Municipais de Saneamento Básico anteriores, bem como planilhas de cálculo consolidadas disponibilizadas por concessionárias do setor. Com base nesses documentos, foi possível estabelecer fórmulas para cálculo do custo, valores unitários e valores fixos (relativos ao porte do município).

O Quadro 2.1 apresenta a metodologia utilizada para o cálculo dos custos do Sistema de Abastecimento de Água de Bela Vista de Minas.

**QUADRO 2.1 – CÁLCULO DOS CUSTOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Ação	Custo
Elaboração de estudo de alternativa de mananciais e avaliação da oferta de água para abastecimento	0 a 10.000 hab – R\$ 200.000,00 10.000 a 50.000 hab – R\$ 500.000,00 Acima de 50.000 hab – R\$ 1.000.000,00
Ampliação do sistema de tratamento de água	Custo (R\$) = 11.188,00 x Q(L/s) + 177.540,00
Implantação de sistema de tratamento de lodo e recirculação da água de lavagem na ETA	Custo (R\$) = 3.661,60 x Q(L/s) + 146.861,00
Ampliação do sistema de reservação de água tratada	Custo (R\$) = 417,63,00 x Vol. (m³) + 32.689,00
Implantação de rede de distribuição	Custo (R\$) = 150,00 x L (m)
Implantação de ligações prediais, incluindo hidrômetros	Custo (R\$) = 310,55 x N <sub>ligações</sub> (un)
Cadastro técnico do sistema de abastecimento de água	Custo (R\$) = 84,40 x N <sub>habitantes</sub> (hab)
Programa de Redução de Perdas	Custo (R\$) = 24,00 x N <sub>habitantes</sub> (hab)

Fonte: PMSB – Guidoal (2013); PMSB – Jaboticabal (2013); PMSB – Juiz de Fora (2013). Adaptação: ENGECORPS, 2014.

Calculados os custos, os valores resultantes foram atualizados para agosto/2014, considerando um reajuste de 9,36%. Esse valor foi definido a partir da variação do INCC de maio/2013 a agosto/2014.

## 2.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Os custos previstos para o Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Bela Vista de Minas foram estimados a partir de Planos Municipais de Saneamento Básico anteriores, desenvolvidos para municípios mineiros. Com base nesses documentos, foi possível estabelecer fórmulas para cálculo do custo, conforme ilustrado no Quadro 2.2.

**QUADRO 2.2 – CÁLCULO DOS CUSTOS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Item</i>	<i>Custo</i>
Implantação de rede de esgotamento sanitário	Custo (R\$) = 231,00 x L (m)
Implantação de ligações de esgoto	Custo (R\$) = 580,65 x N <sub>ligações</sub> (un)
Substituição de rede de esgotamento sanitário	Custo (R\$) = 345,50 x L (m)
Cadastro técnico da rede de esgotamento sanitário	Custo (R\$) = 71,23 x L (m)
Implantação de sistema de tratamento de esgotos	Custo (R\$) = 420.000,00 x Q (L/s)

Fonte: PMSB – Guidoal; PMSB – Juiz de Fora. Adaptação: ENGECORPS, 2014.

Calculados os custos, os valores resultantes foram atualizados para agosto/2014, considerando um reajuste de 6,05%. Esse valor foi definido a partir da variação do INCC de dezembro/2013 a agosto/2014.

## 2.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Os custos previstos para os serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos do município de Bela Vista de Minas foram estimados a partir de Planos Municipais de Saneamento Básico anteriores, desenvolvidos para municípios mineiros. Com base nesses documentos, foi possível estabelecer fórmulas para cálculo do custo, bem como valores fixos, de acordo com o porte do município.

Nos casos em que os custos a serem determinados faziam referência à manutenção ou ampliação de usina de triagem, central de compostagem e usina de britagem, considerou-se o valor correspondente como sendo 20% do custo de implantação. De maneira análoga, custos referentes à análise de projetos das usinas e central de compostagem foram considerados como sendo 10% do custo de implantação.

O Quadro 2.3 apresenta a metodologia utilizada para o cálculo dos custos dos serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos em Bela Vista de Minas.

**QUADRO 2.3 – CÁLCULO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

<i>Resíduo</i>	<i>Item</i>	<i>Custo</i>
<b>RSU</b>	Compra e manutenção de equipamentos, avaliação de convênios e parcerias para aumento do índice de coleta seletiva na área urbana	0 a 5.000 hab – R\$ 340.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 680.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 1.020.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.360.000,00
	Implantação de coleta seletiva, avaliação de convênios e parcerias na área rural	0 a 5.000 hab – R\$ 25.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 40.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 50.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 75.000,00
	Implantação de usina de triagem	0 a 5.000 hab – R\$ 2.500.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 3.750.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 5.000.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 10.000.000,00
	Implantação de central de compostagem	Custo (R\$) = 49.979,83 x C(t/dia)
<b>RSS</b>	Monitoramento e avaliação dos serviços de coleta, transporte e destinação final	0 a 5.000 hab – R\$ 30.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 60.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 90.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 200.000,00
<b>RCC</b>	Compra e manutenção de equipamentos, contratação de funcionários	0 a 5.000 hab – R\$ 340.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 680.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 1.020.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.360.000,00
	Implantação de usina de britagem	Custo (R\$) = 7.936,57 x C(t/dia)
	Implantação de área para estocagem	0 a 5.000 hab – R\$ 100.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 150.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 200.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 300.000,00
	Encerramento de Bota-Fora e manejo ambiental	0 a 5.000 hab – R\$ 75.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 150.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 300.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 450.000,00
<b>Total</b>	Elaboração de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	0 a 5.000 hab – R\$ 250.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 750.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 1.000.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.500.000,00

Fonte: PMSB – Guidoal (2013); PMSB – Juiz de Fora (2013); PMSB – Itabirito (2013). Adaptação: ENGEORPS, 2014.

Calculados os custos, os valores resultantes foram atualizados para agosto/2014 (exceto os valores informados pelo CE), considerando um reajuste de 6,05%. Esse valor foi definido a partir da variação do INCC de dezembro/2013 a agosto/2014.

## **2.4 DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

Os custos previstos para os serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais do município de Bela Vista de Minas foram estimados a partir de Planos Municipais de Saneamento Básico anteriores, desenvolvidos para municípios mineiros. Com base nesses documentos, foi possível estabelecer valores fixos, correspondentes ao porte do município.

O Quadro 2.4 apresenta a metodologia utilizada para o cálculo dos custos dos serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais em Bela Vista de Minas.

**QUADRO 2.4 – CÁLCULO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

<i>Item</i>	<i>Custo</i>
Elaboração de registros de incidentes envolvendo microdrenagem e macrodrenagem	0 a 5.000 hab – R\$ 512.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 640.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 800.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.200.000,00
Elaboração de legislação específica de uso e ocupação do solo	0 a 5.000 hab – R\$ 51.200,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 64.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 80.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 100.000,00
Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana	0 a 5.000 hab – R\$ 288.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 360.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 450.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 675.000,00
Implantação de estruturas de inspeção e manutenção da rede de drenagem	0 a 5.000 hab – R\$ 640.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 800.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 1.000.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.500.000,00
Caracterização do escoamento de cursos d'água	0 a 5.000 hab – R\$ 76.800,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 96.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 120.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 150.000,00
Caracterização do escoamento de águas de chuva no sistema viário	0 a 5.000 hab – R\$ 2.320.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 2.900.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 3.480.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 5.220.000,00
Obtenção de acesso aos dados dos postos locais de monitoramento de chuvas e cursos d'água	0 a 5.000 hab – R\$ 512.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 640.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 800.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.200.000,00
Elaboração de estudo dos pontos de erosão do município	0 a 5.000 hab – R\$ 640.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 800.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 1.000.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.500.000,00
Revitalização de córregos e melhoria do aspecto paisagístico de melhoria do aspecto paisagístico de zonas de várzea	0 a 5.000 hab – R\$ 512.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 640.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 800.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 1.200.000,00
Implantação de Posto Pluviométrico e Fluviométrico	Posto Pluviométrico = 3.500,00 (un) Posto Fluviométrico = 6.500,00 (un)

Fonte: PMSB – Guioval (2013); PMSB – Juiz de Fora (2013); PMSB – Itabirito (2013). Adaptação: ENGECORPS, 2014.

Calculados os custos, os valores resultantes foram atualizados para agosto/2014, considerando um reajuste de 6,05%. Esse valor foi definido a partir da variação do INCC de dezembro/2013 a agosto/2014.

## **2.5 PROGRAMAS GERAIS**

Os custos previstos para os programas gerais do município de Bela Vista de Minas foram estimados a partir de Planos Municipais de Saneamento Básico anteriores, desenvolvidos para municípios mineiros. Com base nesses documentos, foi possível estabelecer valores fixos, correspondentes ao porte do município.

O Quadro 2.5 apresenta a metodologia utilizada para o cálculo dos custos dos programas gerais a serem implantados em Bela Vista de Minas.

**QUADRO 2.5 – CÁLCULO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS GERAIS**

<i>Item</i>	<i>Custo</i>
Programa de Proteção de Nascentes e Mananciais de Abastecimento de Água	R\$ 566.135,96*
Programa de Adequação de Interferências entre Redes de Esgoto e Drenagem	0 a 5.000 hab – R\$ 250.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 750.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 1.500.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 2.500.000,00
Programa de Capacitação dos Operadores dos Serviços de Saneamento Básico	0 a 5.000 hab – R\$ 50.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 100.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 225.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 750.000,00
Programa de Cobrança pelos Serviços de Saneamento Básico	0 a 5.000 hab – R\$ 10.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 25.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 50.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 100.000,00
Revisão do Plano Diretor Municipal	0 a 5.000 hab – R\$ 10.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 25.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 50.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 100.000,00

\*Custo definido pelo PARH Piracicaba (2010).

Fonte: PMSB – Juiz de Fora (2013); PMSB – Itabirito (2013); PMSB – Ouro Preto. Adaptação: ENGECORPS, 2014.

Calculados os custos, os valores resultantes foram atualizados para agosto/2014, considerando um reajuste de 6,05%. Esse valor foi definido a partir da variação do INCC de dezembro/2013 a agosto/2014.

## **2.6 PROGRAMAS EDUCACIONAIS**

Os custos previstos para os programas educacionais do município de Bela Vista de Minas foram estimados a partir de Planos Municipais de Saneamento Básico anteriores, desenvolvidos para municípios mineiros. Com base nesses documentos, foi possível estabelecer valores fixos, correspondentes ao porte do município.

O Quadro 2.6 apresenta a metodologia utilizada para o cálculo dos custos dos programas educacionais a serem implantados em Bela Vista de Minas.

**QUADRO 2.6 – CÁLCULO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS**

<i>Item</i>	<i>Custo</i>
Estímulo à população para apoio de programas ambientais	0 a 5.000 hab – R\$ 10.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 35.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 75.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 150.000,00
Programa de Utilização Racional de Água	0 a 5.000 hab – R\$ 50.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 100.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 170.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 300.000,00
Conscientização da utilização do Sistema de Esgotamento Sanitário	0 a 5.000 hab – R\$ 50.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 100.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 170.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 300.000,00
Conscientização da coleta seletiva	0 a 5.000 hab – R\$ 10.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 35.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 75.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 150.000,00
Programa de Reúso da Água	0 a 5.000 hab – R\$ 50.000,00 5.000 a 35.000 hab – R\$ 100.000,00 35.000 a 75.000 hab – R\$ 170.000,00 75.000 a 250.000 hab – R\$ 300.000,00

Fonte: PMSB – Juiz de Fora (2013); PMSB – Itabirito (2013). Adaptação: ENGECORPS, 2014.

Calculados os custos, os valores resultantes foram atualizados para agosto/2014, considerando um reajuste de 6,05%. Esse valor foi definido a partir da variação do INCC de dezembro/2013 a agosto/2014.

## **2.7 PROGRAMAS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL**

Em relação aos programas de saneamento rural do município, destaca-se que não é possível apresentar uma estimativa global de custos, pois os programas, projetos e ações apresentados são somente orientações ou caminhos que podem ser seguidos, fornecidos em nível macro. Ressalta-se que a FUNASA é o órgão do governo federal responsável pela implementação das ações de saneamento nas áreas rurais de todos os municípios brasileiros, competindo a ela, em parceria com o Município, a definição e o detalhamento de quais ações serão de fato implantadas.

Diante disto, no presente item são apresentados apenas alguns custos unitários, com o objetivo de subsidiar uma primeira estimativa a ser realizada pelos órgãos responsáveis, após a definição das soluções escolhidas. Tais custos unitários foram estimados a partir de Planos Municipais de Saneamento Básico anteriores, desenvolvidos para municípios mineiros, consulta a fabricantes e fornecedores diversos de soluções isoladas e soluções compactas, e notícias públicas sobre soluções implantadas em cenários semelhantes. O Quadro 2.7 apresenta os valores encontrados.

**QUADRO 2.7 – CUSTOS DOS PROGRAMAS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL**

<b>Componente</b>	<b>Item</b>	<b>Observações</b>	<b>Custo</b>
Abastecimento de Água	Proteção de ponto de captação (nascente e/ou poço)	Cercamento em arame farpado e mourão de eucalipto. Custo estimado por metro de cerca.	Custo (R\$) = 10,00 x L (m)
	Dissolvedor de pastilhas de cloro (poço)	1 dissolvedor de 5 pastilhas de cloro de 200 gramas.	Custo (R\$) = 1.200,00 (un)
		1 dissolvedor de 10 pastilhas de cloro de 200 gramas.	Custo (R\$) = 2.100,00 (un)
	ETA Compacta (Capacidade nominal: 5 m <sup>3</sup> /h)	Inclui: 2 filtros, material filtrante, Carvão ativado, 2 eletrobombas, 1 dissolvedor de pastilha, 1 bomba dosadora eletrônica, painel elétrico com timer, material e mão de obra para instalações hidráulicas.	Custo (R\$) = 15.000,00
Esgotamento Sanitário	Fossa séptica (Capacidade nominal: 0,11 m <sup>3</sup> /h – solução para habitação isolada)	Inclui: biofossa em PRFV e meio filtrante. (Lançamento de efluente tratado previsto em sumidouro.)	Custo (R\$) = 2.500,00 (un)
	ETE Compacta (Capacidade nominal: 1,25 m <sup>3</sup> /h – solução para comunidades rurais)	Inclui: 1 caixa gradeada com divisor de vazão, 1 caixa gordura, 2 fossas sépticas e 2 filtros anaeróbios – meio filtrante instalado. Todas as unidades em PRFV. (Lançamento de efluente tratado previsto em sumidouro.)	Custo (R\$) = 40.000,00
	Unidade Hidrossanitária	Padrão Ministério da Saúde: reservatório de água, chuveiro, vaso, pia para lavar as mãos, tanque para lavar roupas e fossa.	Custo (R\$) = 6.500,00 (un)
Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos	PEVs (Posto de Entrega Voluntária)	Inclui: Os recipientes de volume pré-determinado pela quantidade de resíduos gerados na área implantada, identificados por cores e cobertos para proteção de intempéries e sua devida implantação.	Custo (R\$) = 1.200,00 (un)
	Coleta Seletiva	Preço da Coleta Seletiva	Custo (R\$) = 216,42 X C (t)
Drenagem Pluvial	Estudos dos corpos hídricos e do regime pluvial da zona rural, além do mapeamento das áreas de risco.	Cadastrar interferências nesses cursos d'água, realizar levantamentos topobatimétricos, estudos hidrológicos e hidráulicos.	Custo (R\$) = 320.000,00

Nota: Valores atuais.

Legenda: L: Comprimento; C: Quantidade de resíduos coletados.

Fonte: Aquastore (2014); Equisan (2014); MF Rural (2014); PMSB – Guidoal (2013); PMSB – Juiz de Fora (2013); Prefeitura Municipal de Calçado – PE (2014).

Adaptação ENGECORPS, 2014.



### 3. RELAÇÃO DAS AÇÕES E SEUS CUSTOS DE INVESTIMENTOS

#### 3.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O resumo das ações necessárias para o Sistema de Abastecimento de Água de Bela Vista de Minas encontra-se apresentado no Quadro 3.1. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 1,47 milhão, com valores estimados na data base de Agosto de 2014.

**QUADRO 3.1 – AÇÕES E CUSTOS DE INVESTIMENTOS – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

<i>Ação</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Custos (R\$)</i>	<i>Hierarquização</i>
Implantar Rede de Distribuição e Ligações Prediais de Água	Implantação de 0,3 km de rede de distribuição e 184 ligações prediais.	110.000,00	Longo Prazo 2016 até 2035
Elaboração de Estudo de Avaliação da Oferta de Água para Abastecimento Público	Elaboração de Estudo de Avaliação da Oferta de Água para Abastecimento Público dos atuais mananciais de abastecimento	220.000,00	Emergencial 2016 até 2018
Ampliação do Sistema Produtor	Ampliar a captação no Córrego Jambo.		
Cadastro Técnico do Sistema de Abastecimento de Água	Levantamento Cadastral Técnico das Estruturas do Sistema de Esgotamento Sanitário	470.000,00	
Implantar Sistemas de Tratamento do Lodo e de Recirculação das Águas de Lavagem dos Filtros nas ETAs.	Implantação de Sistema de Tratamento do Lodo e de Recirculação das Águas de Lavagem dos Filtros nas ETA.	340.000,00	Emergencial 2016 até 2018
Programa de Redução de Perdas	Implantação de um Programa de Redução de Perdas, que implique de um modo geral, a possível setorização da rede, substituição de hidrômetros, pesquisa de vazamentos, implantação de VRPs, melhorias na gestão comercial, etc..	250.000,00	Curto Prazo 2016 a 2023
Ampliação do Sistema de Reservação	Implantação de 1 reservatório com capacidade de 100 m <sup>3</sup>	80.000,00	Emergencial 2016 até 2018
<b>Total do Investimento</b>		<b>1.470.000,00</b>	

Elaboração ENGECORPS – 2014.

#### 3.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O resumo das ações necessárias para o Sistema de Esgotamento Sanitário de Bela Vista de Minas encontra-se apresentado no Quadro 3.2. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 19,4 milhões, com valores estimados na data base de Agosto de 2014.

**QUADRO 3.2 – AÇÕES E CUSTOS DE INVESTIMENTOS – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Ação</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Custos (R\$)</i>	<i>Hierarquização</i>
Ampliar Sistema de Coleta e Afastamento de Esgoto	Implantação de 14,4 km de rede de coleta e afastamento e 273 ligações prediais.	3.700.000,00	Emergencial/Longo Prazo 2016 até 2035
Implantar ETE – Distrito Sede e Povoado de Palmital	Construção da ETE com capacidade de 22,0 L/s	12.000.000,00	Emergencial 2016 até 2018
Implantar ETE – Povoado de Córrego Fundo	Construção da ETE com capacidade de 1,0 L/s	2.000.000,00	Emergencial 2016 até 2018
Cadastro Técnico do Sistema de Esgotamento Sanitário	Levantamento topográfico de todas as estruturas componentes do sistema de esgotamento sanitário.	1.740.000,00	Curto Prazo 2016 até 2023
<b>Total do Investimento</b>		<b>19.440.000,00</b>	

Elaboração ENGECORPS – 2014.

### 3.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O resumo das ações necessárias para o Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos de Bela Vista de Minas encontra-se apresentado no Quadro 3.3. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 6.4 milhões, com valores estimados na data base de Agosto de 2014.

**QUADRO 3.3 – AÇÕES E CUSTOS DE INVESTIMENTOS – SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

<i>Sistema</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Custos (R\$)</i>	<i>Hierarquização</i>
Zona Urbana e Rural	Universalização da Coleta Seletiva	Aquisição dos Equipamentos necessários à coleta	720.000,00	Emergencial 2016 até 2018
	Ampliação dos índices de reaproveitamento de RSU	Implantação da UTC	3.980.000,00	Emergencial 2016 até 2018
		Aquisição de novos equipamentos		Curto à Longo Prazo 2019 até 2035
	Ampliação dos índices de coleta reaproveitamento de RCC	Aquisição de novos equipamentos para a realização da coleta dos RCC	720.000,00	Longo Prazo 2016 até 2035
		Implantação de uma Central de Britagem, para capacidade de 7,9 t/dia	70.000,00	
		Implantação de área para estocagem de RCC	159.000,00	
	Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PGIRS).	Contratação de uma empresa especializada na Elaboração do (PGIRS).	800.000,00	Longo Prazo 2016 até 2035
<b>Total do Investimento</b>			<b>6.449.000,00</b>	

Elaboração ENGECORPS – 2014.

### 3.4 DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

O resumo das ações necessárias para o Sistema de Drenagem Urbana de Bela Vista de Minas encontra-se apresentado no Quadro 3.4. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 5,1 milhões, com valores estimados na data base de Agosto de 2014.

**QUADRO 3.4 – AÇÕES E CUSTOS DE INVESTIMENTOS – SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

<i>Ação</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Custos (R\$)</i>	<i>Hierarquização</i>
Inspeção e manutenção da drenagem	Implantação de estrutura de inspeção e manutenção da drenagem	850.000,00	Emergencial/Médio Prazo 2016 até 2027
Elaborar registro de incidentes envolvendo microdrenagem e macrodrenagem	Criar banco de dados	680.000,00	Longo Prazo 2016 até 2035
Elaboração da legislação específica de uso e ocupação do solo que trata de impermeabilização, medidas mitigadoras e compensatórias	Elaborar legislação específica sobre o uso e ocupação do solo	70.000,00	Longo Prazo 2016 até 2035
Caracterização do escoamento das águas de chuvas no sistema viário.	Contratação de empresa especializada	3.080.000,00	Emergencial 2016 até 2018
Implantação de posto pluviométrico e fluviométrico (nível e vazão).	Definição da área, aquisição e instalação dos postos pluviométricos.	10.000,00	Longo Prazo 2016 até 2035
Implantação do Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU).	Elaborar PDDU	380.000,00	Curto Prazo 2019 até 2023
<b>Total do Investimento</b>		<b>5.070.000,00</b>	

Elaboração ENGEORPS – 2014.

### 3.5 PROGRAMAS GERAIS

Além das ações propostas para os 4 (quatro) componentes foram considerados programas gerais aplicáveis às áreas de saneamento, o Quadro 3.5 apresenta as ações e investimentos necessários. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 933 mil, com valores estimados na data base de Agosto de 2014, excluindo o custo do Programa de Proteção das Nascentes e Mananciais de Abastecimento de Água, que é um programa do PARH Piracicaba - Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO2.

**QUADRO 3.5 – AÇÕES E CUSTOS DE INVESTIMENTOS – PROGRAMAS GERAIS**

<i>Ação</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Custos Atualizados (R\$)</i>	<i>Hierarquização</i>
Programa de Proteção de Nascentes e Mananciais de Abastecimento de Água	Implantação do Programa P052 do PARH (2010)	566.135,96*	Emergencial (2016-2018)
Programa de Adequação de Interferências entre Redes de Esgoto e Drenagem	Realização de oficinas de conscientização com a população, ampliações e adequações no sistema de esgotamento e na rede de drenagem urbana	800.000,00	Médio Prazo (2016-2027)
Programa de Cobrança pelos serviços de Saneamento Básico	Implantação de tarifas ou taxas do sistema de esgotamento sanitário	27.000,00	Médio Prazo (2016-2027)
Programa de Capacitação dos Operadores dos Serviços de Saneamento Básico	Implantação de cursos, palestras e oficinas para os operadores	106.000,00	Curto/Médio Prazo (2016 a 2027)
<b>Total do Investimento</b>		<b>933.000,00</b>	

\* Custo de programa estimado pelo PARH Piracicaba, para todos os municípios da Bacia.  
Elaboração ENGEORPS – 2014.

### 3.6 PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Quanto à educação ambiental, foram apresentadas algumas sugestões de programas educacionais aplicáveis para garantir o engajamento e a conscientização da população, a fim tornar intrínseca a postura adequada para resultar no melhor uso e desempenho dos sistemas de saneamento básico.

O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 1,5 milhões, com valores estimados na data base de Agosto de 2014. No entanto, entendendo que os programas educacionais devem ser realizados periodicamente para que seja obtido o resultado esperado, foi adotado que os investimentos nesses programas seriam realizados durante todo o horizonte projetado, sendo hierarquizado como uma ação preventiva (2016-2035), portanto o valor do investimento durante todo o plano é de R\$ 75,0 mil/ano.

O Quadro 3.6 apresenta as ações e investimentos necessários.

**QUADRO 3.6 – AÇÕES E CUSTOS DE INVESTIMENTOS – PROGRAMAS EDUCACIONAIS**

<i>Ação</i>	<i>Tipo de Intervenção</i>	<i>Custos Atualizados (R\$)</i>	<i>Hierarquização</i>
Estímulo à população para apoio de programas ambientais	Realização de oficinas, programas educacionais e teatros populares	300.000,00	Emergencial (2016-2018)
Programa de Utilização Racional da Água	Realização de oficinas de conscientização com a população e programas educacionais	300.000,00	Emergencial/Longo Prazo (2016-2035)
Conscientização da utilização do sistema de esgotamento sanitário	Realização de oficinas de conscientização com a população e programas educacionais	300.000,00	Emergencial (2016-2018)
Conscientização da coleta seletiva	Mobilização da população para realização da coleta seletiva	300.000,00	Emergencial/Médio Prazo (2016-2027)
Programa de Reúso da Água	Realização de oficinas para conscientização	300.000,00	Curto/Médio/Longo Prazo (2019-2035)
<b>Total do Investimento</b>		<b>1.500.000,00</b>	

Elaboração ENGEORPS – 2014.

### 3.7 PROGRAMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL

A FUNASA é o órgão do governo federal responsável pela implementação das ações de saneamento nas áreas rurais de todos os municípios brasileiros, conforme já descrito no Produto 5. O Quadro 3.7 apresenta o montante de investimentos previstos para o programa de saneamento rural no Brasil.

**QUADRO 3.7 – AÇÕES E CUSTOS DE INVESTIMENTOS – PROGRAMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL**

<i>Ações</i>	<i>Intervenções</i>	<i>Custo (R\$)</i>	<i>Hierarquização</i>
Programa Nacional de Saneamento Rural	Implantar em áreas rurais e comunidades tradicionais medidas estruturais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário	22,7 bilhões (ano base 2012) *	Emergencial/Longo Prazo (2016-2035)
	Implantação na zona rural medidas estruturais de educação ambiental para o saneamento, além de, em função de necessidades ditadas pelo saneamento integrado, ações de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.		
	Elaboração de estudos dos corpos hídricos e do regime pluvial da zona rural, além do mapeamento das áreas de risco.		Emergencial (2016-2018)
Criação de um Comitê	Criação de um Comitê para intervir junto com a FUNASA para implantação dos programas de saneamento na zona rural		

\* A coordenação do Programa será atribuída ao MS, que deverá compartilhar sua execução com outros órgãos federais afins ao tema, incentivando-se a inclusão do MCidades, de forma a assegurar unidade com os demais programas e criar ambiente propício à coordenação integrada da política federal. Além desses ministérios deverão participar, também, os da Integração Nacional, dada sua atuação em todo o território nacional; do Desenvolvimento Agrário, pela relação direta com a zona rural e suas comunidades; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em vista da importante experiência do Projeto Cisternas; da Educação, sobretudo com seu potencial aporte para ações de educação ambiental para o saneamento; do Meio Ambiente, dadas suas ações voltadas para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e para a área rural, como o Projeto Água Doce; e das secretarias especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.

Elaboração ENGECORPS – 2014

Ressalva-se que para uma estimativa exata dos investimentos necessários para a área rural do município de Bela Vista de Minas, é necessária a elaboração de estudos específicos para a proposição de soluções. Conforme já mencionado, a elaboração de tais estudos é de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com acompanhamento da Prefeitura Municipal. Caso o mesmo deseje realizar uma primeira estimativa de custos para determinadas localidades da zona rural, podem ser utilizados os custos apresentados no item 2.7, os quais englobam as principais ações de saneamento básico.

#### **4. CRONOGRAMAS**

A seguir são apresentadas as planilhas sínteses com os cronogramas físico-financeiros, de acordo com os quadros apresentados no capítulo anterior.

QUADRO 4.1 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – SISTEMA ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Intervenções		Cronograma Físico-Financeiro																				Investimentos Previstos - R\$
		Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo				Longo Prazo								
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
Implantar Rede de Distribuição e Ligações Prediais de Água	Implantação de 0,3 km de rede de distribuição e 184 ligações prediais.																				110.000,00	
Elaboração de Estudo de Avaliação da Oferta de Água para Abastecimento Público	Elaboração de Estudo de Avaliação da Oferta de Água para Abastecimento Público dos atuais mananciais de abastecimento																				220.000,00	
Ampliação do Sistema Produtor	Ampliar a captação no Córrego Jambo.																					
Cadastro Técnico do Sistema de Abastecimento de Água	Levantamento Cadastral Técnico das Estruturas do Sistema de Esgotamento Sanitário																				470.000,00	
Implantar Sistemas de Tratamento do Lodo e de Recirculação das Águas de	Implantação de Sistema de Tratamento do Lodo e de Recirculação das Águas de Lavagem dos Filtros nas ETA.																				340.000,00	
Programa de Redução de Perdas	Implantação de um Programa de Redução de Perdas, que implique, de um modo geral, a possível setorização da rede, substituição de hidrômetros, pesquisa de vazamentos, implantação de VRPs, melhorias na gestão comercial, etc..																				250.000,00	
Ampliação do Sistema de Reservação	Implantação de 1 reservatório com capacidade de 100 m³																				80.000,00	
Total do investimento		1.220.250,00			183.750,00					22.000,00				44.000,00								1.470.000,00

QUADRO 4.2 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – SISTEMA ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Intervenções		Cronograma Físico-Financeiro																			Investimentos Previstos - R\$
		Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo				Longo Prazo							
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	
Ampliar Sistema de Coleta e Afastamento de Esgoto	Implantação de 14,4 km de rede de coleta e afastamento e 273 ligações prediais.																				3.700.000,00
Implantar ETE – Distrito Sede e Povoado de Palmital	Construção da ETE com capacidade de 22,0 L/s																				12.000.000,00
Implantar ETE – Povoado de Córrego Fundo	Construção da ETE com capacidade de 1,0 L/s																				2.000.000,00
Cadastro Técnico do Sistema de Esgotamento Sanitário	Levantamento topográfico de todas as estruturas componentes do sistema de esgotamento sanitário.																				1.740.000,00
<b>Total do investimento</b>		<b>15.207.500,00</b>			<b>2.012.500,00</b>				<b>740.000,00</b>					<b>1.480.000,00</b>							<b>19.440.000,00</b>



QUADRO 4.3 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Intervenções		Cronograma Físico-Financeiro																				Investimentos Previstos - R\$
		Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo							
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
Universalização da Coleta Seletiva	Aquisição dos Equipamentos necessários à coleta																					720.000,00
Ampliação dos índices de reaproveitamento de RSU	Implantação da UTC																					3.980.000,00
	Aquisição de novos equipamentos																					
Ampliação dos índices de coleta reaproveitamento de RCC	Aquisição de novos equipamentos para a realização da coleta dos RCC																					720.000,00
	Implantação de uma Central de Britagem, para capacidade de 7,9 t/dia																					70.000,00
	Implantação de área para estocagem de RCC																					159.000,00
Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PGIRS).	Contratação de uma empresa especializada na Elaboração do (PGIRS).																					800.000,00
Total do investimento		1.579.350,00			1.432.250,00					1.145.800,00					2.291.600,00							6.449.000,00

QUADRO 4.4 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Intervenções		Cronograma Físico-Financeiro																				Investimentos Previstos - R\$
		Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo				Longo Prazo								
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
Inspeção e manutenção da drenagem	Implantação de estrutura de inspeção e manutenção da drenagem																					850.000,00
Elaborar registro de incidentes envolvendo microdrenagem e	Criar banco de dados																					680.000,00
Caracterização do escoamento das águas de chuvas no sistema viário.	Contratação de empresa especializada																					70.000,00
Elaboração da legislação específica de uso e ocupação do solo que trata de	Elaborar legislação específica sobre o uso e ocupação do solo																					3.080.000,00
Implantação de posto pluviométrico e fluviométrico (nível e vazão).	Definição da área, aquisição e instalação dos postos pluviométricos.																					10.000,00
Implantação do Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU).	Elaborar PDDU																					380.000,00
Total do investimento		3.549.000,00			781.666,67					435.333,33				304.000,00								5.070.000,00

QUADRO 4.5 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – PROGRAMAS GERAIS

	Intervenções	Cronograma Físico-Financeiro																				Investimentos Previstos - R\$
		Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo				Longo Prazo								
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
Área Urbana e Rural	Programa de Proteção de Nascentes e Mananciais de Abastecimento de Água	Implantação do Programa P052 do PARH (2010)																				566.135,96*
	Programa de Adequação de Interferências entre Redes de Esgoto e Drenagem	Realização de oficinas de conscientização com a população, ampliações e adequações no sistema de esgotamento e na rede de drenagem urbana																				800.000,00
	Programa de Cobrança pelos serviços de Saneamento Básico	Implantação de tarifas ou taxas do sistema de esgotamento sanitário																				27.000,00
	Programa de Capacitação dos Operadores dos Serviços de Saneamento Básico	Implantação de cursos, palestras e oficinas para os operadores																				106.000,00
Total do investimento			<b>233.250,00</b>	<b>388.750,00</b>					<b>311.000,00</b>												<b>933.000,00</b>	

\* custo de programa estimado pelo PARH Piracicaba, para todos os municípios da Bacia.  
Elaboração ENGECORPS – 2014.

**QUADRO 4.6 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – PROGRAMAS EDUCACIONAIS**

	Intervenções	Cronograma Físico-Financeiro																				Investimentos Previstos - R\$	
		Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo				Longo Prazo									
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035		
Área Urbana e Rural	Estímulo à população para apoio de programas ambientais	Realização de oficinas, programas educacionais e teatros populares	■	■	■																	300.000,00	
	Programa de Utilização Racional da Água	Realização de oficinas de conscientização com a população e programas educacionais	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	300.000,00	
	Conscientização da utilização do sistema de esgotamento sanitário	Realização de oficinas de conscientização com a população e programas educacionais	■	■	■																	300.000,00	
	Conscientização da coleta seletiva	Mobilização da população para realização da coleta seletiva	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■										300.000,00	
	Programa de Reúso da Água	Realização de oficinas para conscientização				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	300.000,00	
<b>Total do investimento</b>			<b>720.000,00</b>			<b>288.235,29</b>					<b>230.588,24</b>				<b>261.176,47</b>								<b>1.500.000,00</b>

**QUADRO 4.7 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – PROGRAMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO RURAL**

Intervenções	Cronograma Físico-Financeiro																				Investimentos Previstos - R\$
	Emergencial			Curto Prazo					Médio Prazo				Longo Prazo								
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
Programa Nacional de Saneamento Rural	Implantação em áreas rurais e comunidades tradicionais medidas estruturais de abastecimento de água potável																				22,7 bilhões* (ano base 2012)
	Implantação em toda a área rural sistema de esgotamento sanitário além do provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias domiciliares.																				
	Implantação na zona rural medidas estruturais de educação ambiental para o saneamento, além de, em função de necessidades ditadas pelo saneamento integrado, ações de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.																				
	Elaboração de estudos dos corpos hídricos e do regime pluvial da zona rural, além do mapeamento das áreas de risco.																				
Criação de um Comitê	Criação de um Comitê para intervir junto com a FUNASA para implantação dos programas de saneamento na zona rural																				

\* A coordenação do Programa será atribuída ao MS, que deverá compartilhar sua execução com outros órgãos federais afins ao tema, incentivando-se a inclusão do MCidades, de forma a assegurar unidade com os demais programas e criar ambiente propício à coordenação integrada da política federal. Além desses ministérios deverão participar, também, os da Integração Nacional, dada sua atuação em todo o território nacional; do Desenvolvimento Agrário, pela relação direta com a zona rural e suas comunidades; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em vista da importante experiência do Projeto Cisternas; da Educação, sobretudo com seu potencial aporte para ações de educação ambiental para o saneamento; do Meio Ambiente, dadas suas ações voltadas para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e para a área rural, como o Projeto Água Doce; e das secretarias especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.  
Elaboração ENGECORPS – 2014.

## **5. PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS E FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

### **5.1 CONDICIONANTES GERAIS**

Nos itens em sequência, apresentam-se várias informações relativas à captação de recursos para execução dos programas, projetos e ações para o PMSB. A seleção dos programas de financiamentos mais adequados dependerá das condições do município, atreladas aos objetivos de curto, médio e longo prazo, aos montantes de investimentos necessários, aos ambientes legais de financiamento e outras condições institucionais específicas.

Em termos econômicos, sob o regime de eficiência, os custos de exploração e administração dos serviços devem ser suportados pelos preços públicos, taxas ou impostos, de forma a possibilitar a cobertura das despesas operacionais administrativas, fiscais e financeiras, incluindo o custo do serviço da dívida de empréstimos contraídos. O modelo de financiamento a ser praticado envolve a avaliação da capacidade de pagamento dos usuários e da capacidade do tomador do recurso, associado à viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto e às metas de universalização dos serviços de saneamento. As regras de financiamento também devem ser respeitadas, considerando-se a legislação fiscal e, mais recentemente, a Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007).

Para que se possam obter os financiamentos ou repasses para aplicação em saneamento básico, as ações e os programas pertinentes deverão ser enquadrados em categorias que se insiram no planejamento geral do município e deverão estar associadas às Leis Orçamentárias Anuais, às Leis de Diretrizes Orçamentárias e aos Planos Plurianuais do Município. Em princípio, as principais categorias, que serão objeto de propostas, são: Desenvolvimento Institucional; Planejamento e Gestão; Desenvolvimento de Tecnologias e Capacitação em Recursos Hídricos; Conservação de Solo e Água e de Ecossistemas; Conservação da Quantidade e da Qualidade dos Recursos Hídricos; Gestão, Recuperação e Manutenção de Mananciais; Obras e Serviços de Infraestrutura Hídrica de Interesse Local; Obras e Serviços de Infraestrutura de Esgotamento Sanitário.

A partir do estabelecimento das categorias, conforme supracitado, os programas de financiamentos, a serem elaborados pelo próprio município, deverão contemplar a definição do modelo de financiamento e a identificação das fontes e usos de recursos financeiros para a sua execução. Para tanto, poderão ser levantados, para efeito de apresentação do modelo de financiamento e com detalhamento nos horizontes de planejamento, os seguintes aspectos: as fontes externas, nacionais e internacionais, abrangendo recursos onerosos e repasses a fundo perdido (não onerosos); as fontes no âmbito do município; as fontes internas, resultantes das receitas da prestação de serviços e as fontes alternativas de recursos, tal como a participação do setor privado na implementação das ações de saneamento no município.

---

## 5.2 FORMAS DE OBTENÇÃO DE RECURSOS

---

As principais fontes de financiamento disponíveis para o setor de saneamento básico do Brasil, desde a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico (1971), são as seguintes:

- ✓ Recursos onerosos, oriundos dos fundos financiadores (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e Fundo de Amparo do Trabalhador-FAT); são captados através de operações de crédito e são gravados por juros reais;
- ✓ Recursos não onerosos, derivados da Lei Orçamentária Anual (Loa), também conhecida como OGU (Orçamento Geral da União) e, também, de orçamentos de estados e municípios; são obtidos via transferência fiscal entre entes federados, não havendo incidência de juros reais;
- ✓ Recursos provenientes de empréstimos internacionais, contraídos junto às agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD);
- ✓ Recursos captados no mercado de capitais, por meio do lançamento de ações ou emissão de debêntures, onde o conceito de investimento de risco apresenta-se como principal fator decisório na inversão de capitais no saneamento básico;
- ✓ Recursos próprios dos prestadores de serviços, resultantes de superávits de arrecadação;
- ✓ Recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (Fundos Estaduais de Recursos Hídricos).

Os recursos onerosos preveem retorno financeiro e constituem-se em empréstimos de longo prazo, operados, principalmente, pela Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, e pelo BNDES, com recursos próprios e do FAT. Os recursos não onerosos não preveem retorno financeiro, uma vez que os beneficiários de tais recursos não necessitam ressarcir os cofres públicos.

Nos itens seguintes, apresentam-se os principais programas de financiamentos existentes e as respectivas fontes de financiamento, conforme a disponibilidade de informações constantes dos órgãos envolvidos.

---

## 5.3 FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

---

De forma resumida, apresentam-se as principais fontes de captação de recursos, através de programas instituídos e através de linhas de financiamento, na esfera federal e estadual:

✓ **No âmbito Federal:**

- ✧ ANA – Agência Nacional de Águas – PRODES/Programa de Gestão de Recursos Hídricos, etc.;

- ✧ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ver linhas de financiamento no item 10.5 adiante);
  - ✧ CEF – Caixa Econômica Federal – Abastecimento de Água/Esgotamento Sanitário/Brasil Joga Limpo/Serviços Urbanos de Água e Esgoto, etc.;
  - ✧ Ministério das Cidades – Saneamento para Todos, etc.;
  - ✧ Ministério da Saúde (FUNASA);
  - ✧ FNMA – Fundo do Meio Ambiente;
  - ✧ COFIEX – Investimentos Externos;
  - ✧ Ministério do Meio Ambiente;
  - ✧ Ministério da Ciência e Tecnologia.
- ✓ **No âmbito Estadual:**
- ✧ FHIDRO – Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais;
  - ✧ BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais;

No âmbito do Governo do Estado de Minas Gerais, deverão ser considerados os programas, projetos, fundos, enfim, todas as ações do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Doce, bem como de outras pastas, que efetivamente se aplicam ao município, que poderão resultar em recursos para a implantação do plano de saneamento básico. Atualmente, podem ser citados os seguintes programas/projetos:

- ✓ Programa de Saneamento da Bacia,
- ✓ Programa de Universalização do Saneamento,
- ✓ Programa de Convivência com as Cheias,
- ✓ Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura, entre outros.

Já o Plano Plurianual do Governo do Estado de Minas Gerais (2012-2015) destinou verbas a diversos programas aplicáveis ao saneamento básico do Estado de Minas Gerais, podendo ser citados, entre outros:

- ✓ Programa 053 – Saneamento para Todos – universalizar o acesso da população de Minas Gerais aos serviços de saneamento básico;
- ✓ Programa 222 – Resíduos Sólidos - apoiar as administrações municipais na implementação de medidas tecnicamente adequadas para disposição final de resíduos urbanos;
- ✓ Programa 205 – Regulação da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;



- ✓ Programa 113 – desenvolvimento sustentável de recursos hídricos - contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas regiões menos desenvolvidas de minas gerais, mediante planejamento e gestão dos recursos hídricos simultaneamente com a expansão e otimização da infraestrutura hídrica, de forma a garantir a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos.

#### 5.4 LISTAGEM DE VARIADOS PROGRAMAS E AS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SANEAMENTO

Cumpra salientar que o município, na implementação das ações necessárias para se atingir a universalização do saneamento, deverá selecionar o (s) programa (s) de financiamentos que melhor se adequem (m) às suas necessidades, função, evidentemente, de uma série de procedimentos a serem cumpridos, conforme exigências das instituições envolvidas.

**QUADRO 5.1 – RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO**

<i>Instituição</i>	<i>Programa Finalidade</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Origem dos Recursos</i>	<i>Itens Financiáveis</i>
SEMAD	FHIDRO - Fundo de Recuperação, proteção e Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas. Vários Programas voltados para a racionalização do uso e a melhoria dos recursos hídricos. São incluídos também programas voltados a prevenção de inundações.	Prefeituras Municipais, Empresas Públicas e Consórcios Intermunicipais.	BDMG	Projeto / Obras e Serviços.
BDMG	Programa de Modernização Institucional e Ampliação da Infraestrutura em municípios do Estado de Minas Gerais	Prefeituras Municipais, Empresas Públicas e Consórcios Intermunicipais.	BDMG	Projetos de Infraestrutura
NOSSA CAIXA NOSSO BANCO	PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos Viabilizar Obras de Saneamento através de parceria entre a comunidade, Prefeitura Municipal e Nossa Caixa - Nosso banco.	Prefeituras Municipais.	Reservas da Instituição.	Obras de construção de rede de captação e de distribuição de água potável, hidrômetros, obras de escoamento de águas pluviais, rede de coleta e destino de esgoto.
MPOG – SEDU	PRÓ-SANEAMENTO Ações de saneamento para melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população, aumento da eficiência dos agentes de serviço, drenagem urbana, para famílias com renda média mensal de até 12 salários mínimos.	Prefeituras, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Concessionárias Estaduais e Municipais de Saneamento e Órgãos Autônomos Municipais.	FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	Destina-se ao aumento da cobertura e/ou tratamento e destinação final adequados dos efluentes, através da implantação, ampliação, otimização e/ou reabilitação de Sistemas existentes e expansão de redes e/ou ligações prediais.

Continua...

**QUADRO 5.1 – RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO**

<b>Instituição</b>	<b>Programa Finalidade</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Origem dos Recursos</b>	<b>Itens Financiáveis</b>
MPOG – SEDU	PROSANEAR Ações integradas de saneamento em aglomerados urbanos ocupados por população de baixa renda (até 3 salários mínimos) com precariedade e/ou inexistência de condições sanitárias e ambientais.	Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Concessionárias Estaduais e Municipais de Saneamento e Órgãos Autônomos Municipais.	Financiamento parcial com contrapartida e retorno do empréstimo / FGTS.	Obras integradas de saneamento: abastecimento de água, esgoto sanitário, microdrenagem/instalações hidráulico sanitárias e contenção de encostas com ações de participação comunitária (mobilização, educação sanitária).
MPOG – SEDU	PASS - Programa de Ação Social em Saneamento Projetos integrados de saneamento nos bolsões de pobreza. Programa em cidades turísticas.	Prefeituras Municipais, Governos estaduais e Distrito Federal.	Fundo perdido com contrapartida / orçamento da união.	Contempla ações de abastecimento em água, esgotamento sanitário, disposição final de resíduos sólidos. Instalações hidráulico-sanitárias intradomiciliares.
MPOG – SEDU	PROGEST - Programa de Apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos.	Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e Distrito Federal.	Fundo perdido / Orçamento da União.	Encontros técnicos, publicações, estudos, sistemas piloto em gestão e redução de resíduos sólidos; análise econômica de tecnologias e sua aplicabilidade.
MPOG – SEDU	PRO-INFRA Programa de Investimentos Públicos em Poluição Ambiental e Redução de Risco e de Insalubridade em Áreas habitadas por População de Baixa Renda.	Áreas urbanas localizadas em todo o território nacional.	Orçamento Geral da União (OGU) - Emendas Parlamentares, Contrapartidas dos Estados, Municípios e Distrito Federal.	Melhorias na infraestrutura urbana em áreas degradadas, insalubres ou em situação de risco.
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNASA	FUNASA - Fundação Nacional de Saúde Obras e serviços em saneamento.	Prefeituras Municipais e Serviços Municipais de Limpeza Pública.	Fundo perdido / Ministério da Saúde	Sistemas de resíduos sólidos, serviços de drenagem para o controle de malária, melhorias sanitárias domiciliares, sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, estudos e pesquisa.

Continua...

**QUADRO 5.1 – RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO**

<b>Instituição</b>	<b>Programa Finalidade</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Origem dos Recursos</b>	<b>Itens Financiáveis</b>
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	PROGRAMA DO CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM GESTÃO AMBIENTAL URBANA Coletar e Organizar informações, Promover o Intercâmbio de Tecnologias, Processos e Experiências de Gestão Relacionada com o Meio Ambiente Urbano.	Serviço público aberto a toda a população, aos formadores de opinião, aos profissionais que lidam com a administração municipal, aos técnicos, aos prefeitos e às demais autoridades municipais.	Convênio do Ministério do Meio Ambiente com a Universidade Livre do Meio Ambiente.	-
	PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS Ações, Programas e Projetos no Âmbito dos Resíduos Sólidos.	Municípios e Associações participantes do Programa de Revitalização dos Recursos nos quais seja identificada prioridade de ação na área de resíduos sólidos.	Convênios firmados com órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Organismos Nacionais e Internacionais e Orçamento Geral da União (OGU).	-
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA	REBRAMAR - Rede Brasileira de Manejo Ambiental de Resíduos Sólidos.	Estados e Municípios em todo o território nacional.	Ministério do Meio Ambiente.	Programas entre os agentes que geram resíduos, aqueles que o controlam e a comunidade.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	LIXO E CIDADANIA A retirada de crianças e adolescentes dos lixões, onde trabalham diretamente na catação ou acompanham seus familiares nesta atividade.	Municípios em todo o território nacional.	Fundo perdido.	Melhoria da qualidade de vida.
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	PROSAB - Programa de Pesquisa em Saneamento Básico. Visa promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas na área de saneamento ambiental.	Comunidade acadêmica e científica de todo o território nacional.	FINEP, CNPQ, Caixa Econômica Federal, CAPES e Ministério da Ciência e Tecnologia.	Pesquisas relacionadas a: águas de abastecimento, águas residuárias, resíduos sólidos (aproveitamento de lodo).

---

## **5.5 DESCRIÇÃO RESUMIDA DE ALGUNS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS DE GRANDE INTERESSE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMSB**

---

A seguir, encontram-se descritos, de forma resumida, alguns programas de grande interesse para implementação do PMSB, em nível federal.

### PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

Entre os programas instituídos pelo governo federal, o *Programa Saneamento para Todos* constitui-se no principal programa de destinado ao setor de saneamento básico, pois contempla todos os prestadores de serviços de saneamento, públicos e privados.

Visa a financiar empreendimentos com recursos oriundos do FGTS (onerosos) e da contrapartida do solicitante. Deverá ser habilitado pelo Ministério das Cidades e é gerenciado pela Caixa Econômica Federal. Possui as seguintes modalidades:

- ✓ Abastecimento de Água – destina-se à promoção de ações que visem ao aumento da cobertura ou da capacidade de produção do sistema de abastecimento de água;
- ✓ Esgotamento Sanitário – destina-se à promoção de ações para aumento da cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário ou da capacidade de tratamento e destinação final adequada dos efluentes;
- ✓ Saneamento Integrado – destina-se à promoção de ações integradas em áreas ocupadas por população de baixa renda. Abrange o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, além de ações relativas ao trabalho socioambiental nas áreas de educação ambiental, além da promoção da participação comunitária e, quando for o caso, ao trabalho social destinado à inclusão social de catadores e aproveitamento econômico do material reciclável, visando à sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos empreendimentos.
- ✓ Desenvolvimento Institucional – destina-se à promoção de ações articuladas, visando ao aumento de eficiência dos prestadores de serviços públicos. Nos casos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visa à promoção de melhorias operacionais, incluindo a reabilitação e recuperação de instalações e redes existentes, redução de custos e de perdas; no caso da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, visa à promoção de melhorias operacionais, incluindo a reabilitação e recuperação de instalações existentes.
- ✓ Manejo de Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais – no caso dos resíduos sólidos, destina-se à promoção de ações com vistas ao aumento da cobertura dos serviços (coleta, transporte, tratamento e disposição dos resíduos domiciliares e provenientes dos serviços de saúde, varrição, capina, poda, etc.); no caso das águas pluviais, promoção de ações de prevenção e controle de enchentes, inundações e de seus danos nas áreas urbanas.

Outras modalidades incluem o manejo dos resíduos da construção e demolição, a preservação e recuperação de mananciais e o financiamento de estudos e projetos, inclusive os planos municipais e regionais de saneamento básico.

As condições gerais de concessão do financiamento são as seguintes:

- ✓ em operações com o setor público a contrapartida mínima de 5% do valor do investimento, com exceção na modalidade abastecimento de água, que é de 10%; com o setor privado é de 20%;
- ✓ os juros são de 6%, exceto para a modalidade Saneamento Integrado, que é de 5%;
- ✓ a remuneração da CEF é de 2% sobre o saldo devedor e a taxa de risco de crédito limitada a 1%, conforme a análise cadastral do solicitante.

### PRODES

O PRODES (Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas), criado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2001, visa a incentivar a implantação ou ampliação de estações de tratamento para reduzir os níveis de poluição em bacias hidrográficas, a partir de prioridades estabelecidas pela ANA. Esse programa, também conhecido como “Programa de Compra de Esgoto Tratado”, incentiva financeiramente os resultados obtidos em termos do cumprimento de metas estabelecidas pela redução da carga poluidora, desde que sejam satisfeitas as condições previstas em contrato.

Os empreendimentos elegíveis que podem participar do PRODES são: estações de tratamento de esgotos ainda não iniciadas, estações em fase de construção com, no máximo, 70% do orçamento executado e estações com ampliações e melhorias que signifiquem aumento da capacidade de tratamento e/ou eficiência.

### PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Esse programa integra projetos e atividades que objetivam a recuperação e preservação da qualidade e quantidade de recursos hídricos das bacias hidrográficas. O programa, que tem gestão da ANA – Agência Nacional de Águas, é operado com recursos do Orçamento Geral da União (não oneroso-repasse do OGU). Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais definidos pela ANA em conformidade com as Leis das Diretrizes Orçamentárias (LDO).

As modalidades abrangidas por esse programa são as seguintes:

#### ***Despoluição de Corpos D'Água***

- ✓ Sistema de transporte e disposição final adequada de esgotos sanitários;
- ✓ Desassoreamento e controle da erosão;
- ✓ Contenção de encostas;

- ✓ Recomposição da vegetação ciliar.

### ***Recuperação e Preservação de Nascentes, Mananciais e Cursos D'Água em Áreas Urbanas***

- ✓ Desassoreamento e controle de erosão;
- ✓ Contenção de encostas;
- ✓ Remanejamento/reassentamento da população;
- ✓ Uso e ocupação do solo para preservação de mananciais;
- ✓ Implantação de parques para controle de erosão e preservação de mananciais;
- ✓ Recomposição da rede de drenagem;
- ✓ Recomposição de vegetação ciliar;
- ✓ Aquisição de equipamentos e outros bens.

### ***Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes***

- ✓ Desassoreamento e controle de enchentes;
- ✓ Drenagem urbana;
- ✓ Urbanização para controle de cheias, erosões e deslizamentos;
- ✓ Recomposição de vegetação ciliar;
- ✓ Obras para preservação ou minimização dos efeitos da seca;
- ✓ Sistemas simplificados de abastecimento de água;
- ✓ Barragens subterrâneas.

### **PROGRAMAS DA FUNASA (FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE)**

A FUNASA é um órgão do Ministério da Saúde que detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País. Na busca da redução dos riscos à saúde, financia a universalização dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos urbanos. Além disso, promove melhorias sanitárias domiciliares, a cooperação técnica, estudos e pesquisas e ações de saneamento rural, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza.

Cabe à FUNASA a responsabilidade de alocar recursos não onerosos para sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e melhorias sanitárias domiciliares prioritariamente para municípios com população inferior a 50.000 habitantes e em comunidades quilombolas, assentamentos e áreas rurais.

As ações e programas em Engenharia de Saúde Pública constantes dos financiamentos da FUNASA são os seguintes:

- ✓ Saneamento para a Promoção da Saúde;
- ✓ Sistema de Abastecimento de Água;
- ✓ Cooperação Técnica;
- ✓ Sistema de Esgotamento Sanitário;
- ✓ Estudos e Pesquisas;
- ✓ Melhorias Sanitárias Domiciliares;
- ✓ Melhorias habitacionais para o Controle de Doenças de Chagas;
- ✓ Resíduos Sólidos;
- ✓ Saneamento Rural;
- ✓ Projetos Laboratoriais.

## **5.6 INSTITUIÇÕES COM FINANCIAMENTOS ONEROSOS**

Outas alternativas possíveis, dentre as instituições com financiamentos onerosos, podem ser citadas as seguintes:

### **BNDES/FINEM**

O BNDES poderá financiar os projetos de saneamento, incluindo:

- ✓ abastecimento de água;
- ✓ esgotamento sanitário;
- ✓ efluentes e resíduos industriais;
- ✓ resíduos sólidos;
- ✓ gestão de recursos hídricos (tecnologias e processos, bacias hidrográficas);
- ✓ recuperação de áreas ambientalmente degradadas;
- ✓ desenvolvimento institucional;
- ✓ despoluição de bacias, em regiões onde já estejam constituídos Comitês;
- ✓ macrodrenagem.

Os principais clientes do Banco nesses empreendimentos são os Estados, Municípios e entes da Administração Pública Indireta de todas as esferas federativas, inclusive consórcios públicos. A linha de financiamento Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos baseia-se nas diretrizes do produto BNDES/FINEM, com algumas condições específicas, descritas a seguir:

**Taxa de Juros**

<b>Apoio Direto:</b> (operação feita diretamente com o BNDES)	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Risco de Crédito
<b>Apoio Indireto:</b> (operação feita por meio de instituição financeira credenciada)	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

- ✓ Custo Financeiro: TJLP. Atualmente em 6% ao ano
- ✓ Remuneração Básica do BNDES: 0,9% a.a.
- ✓ Taxa de Risco de Crédito: até 4,18% a.a., conforme o risco de crédito do cliente, sendo 1,0% a.a. para a administração pública direta dos Estados e Municípios.
- ✓ Taxa de Intermediação Financeira: 0,5% a.a. somente para médias e grandes empresas; Municípios estão isentos da taxa.
- ✓ Remuneração: Remuneração da Instituição Financeira Credenciada será negociada entre a instituição financeira credenciada e o cliente.
- ✓ Participação: A participação máxima do BNDES no financiamento não deverá ultrapassar a 80% dos itens financiáveis, no entanto, esse limite pode ser aumentado para empreendimentos localizados nos municípios beneficiados pela Política de Dinamização Regional (PDR).
- ✓ Prazo: O prazo total de financiamento será determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa e do grupo econômico.
- ✓ Garantias: Para apoio direto serão aquelas definidas na análise da operação, Para apoio indireto serão negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

Para a solicitação de empréstimo junto ao BNDES, faz-se necessária a apresentação de um modelo de avaliação econômica do empreendimento. O proponente, na apresentação dos estudos e projetos e no encaminhamento das solicitações de financiamento referentes à implantação e ampliação de sistemas, deve apresentar a Avaliação Econômica do correspondente empreendimento. Esta deverá incluir os critérios e rotinas para obtenção dos resultados econômicos, tais como cálculo da tarifa média, despesas com energia, pessoal, etc. As informações devem constar em um capítulo do relatório da avaliação socioeconômica, onde serão apresentadas as informações de: nome (estado, cidade, título do projeto); descrição do projeto; custo a preços constantes (investimento inicial, complementares em ampliações e em reformas e reabilitações); valores de despesas de explorações incrementais; receitas operacionais e indiretas; volume consumido incremental e população servida incremental.



Na análise, serão selecionados os seguintes índices econômicos: população anual servida equivalente, investimento, custo, custo incremental médio de longo prazo - CIM e tarifa média atual. Também deverá ser realizada uma caracterização do município, com breve histórico, dados geográficos e demográficos, dados relativos à distribuição espacial da população (atual e tendências), uso e ocupação do solo, sistema de transporte e trânsito, sistema de saneamento básico e dados econômico-financeiros do município.

Quanto ao projeto, deverão ser definidos seus objetivos e metas a serem atingidas. Deverá ser explicitada a fundamentação e justificativas para a realização do projeto, principais ganhos a serem obtidos com sua realização do número de pessoas a serem beneficiadas.

### Banco Mundial

A busca de financiamentos e convênios via Banco Mundial deve ser uma alternativa interessante para a viabilização das ações. A entidade é a maior fonte mundial de assistência para o desenvolvimento, sendo que disponibiliza cerca de US\$30 bilhões anuais em empréstimos para os seus países clientes. O Banco Mundial levanta dinheiro para os seus programas de desenvolvimento recorrendo aos mercados internacionais de capital e junto aos governos dos países ricos.

A postulação de um projeto junto ao Banco Mundial deve ocorrer através da SEAIN (Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento). Os órgãos públicos postulantes elaboram carta consulta à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX/SEAIN), que publica sua resolução no Diário Oficial da União. É feita então uma consulta ao Banco Mundial e o detalhamento do projeto é desenvolvido conjuntamente. A Procuradoria Geral da Fazenda Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional então analisam o financiamento sob diversos critérios, como limites de endividamento, e concedem ou não a autorização para contraí-lo. No caso de estados e municípios, é necessária a concessão de aval da União. Após essa fase, é enviada uma solicitação ao Senado Federal, e é feito o credenciamento da operação junto ao Banco Central - FIRCE - Departamento de Capitais Estrangeiros.

O Acordo Final é elaborado em negociação com o Banco Mundial, e é enviada carta de exposição de motivos ao Presidente da República sobre o financiamento. Após a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), o projeto é publicado e são determinadas as suas condições de efetividade. Finalmente, o financiamento é assinado entre representantes do mutuário e do Banco Mundial.

O Banco tem exigido que tais projetos sigam rigorosamente critérios ambientais e que contemplem a Educação Ambiental do público beneficiário dos projetos financiados.

### BID - PROCIDADES

O PROCIDADES é um mecanismo de crédito destinado a promover a melhoria da qualidade de vida da população nos municípios brasileiros de pequeno e médio porte. A iniciativa é executada por meio de operações individuais financiadas pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID).

O PROCIDADES financia ações de investimentos municipais em infraestrutura básica e social incluindo: desenvolvimento urbano integrado, transporte, sistema viário, saneamento, desenvolvimento social, gestão ambiental, fortalecimento institucional, entre outras. Para serem elegíveis, os projetos devem fazer parte de um plano de desenvolvimento municipal que leva em conta as prioridades gerais e concentra-se em setores com maior impacto econômico e social, com enfoque principal em populações de baixa renda. O PROCIDADES concentra o apoio do BID no plano municipal e simplifica os procedimentos de preparação e aprovação de projetos mediante a descentralização das operações. Uma equipe com especialistas, consultores e assistentes atua na representação do Banco no Brasil (CSC/CBR) para manter um estreito relacionamento com os municípios.

O programa financia investimentos em desenvolvimento urbano integrado com uma abordagem multissetorial, concentrada e coordenada geograficamente, incluindo as seguintes modalidades: melhoria de bairros, recuperação urbana e renovação e consolidação urbana.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL; CEIVAP – COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL; PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIDOVAL – MG. Plano de Saneamento Básico: Guidoval/MG. Elaborado pela VALLENGE CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA. 114 p., 2013.
- AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA – MG. Plano de Saneamento Básico: Juiz de Fora – MG. Elaborado pela ESSE CONSULTORIA E ENGENHARIA. 206 p., 2013.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. PRODES – Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/Prodes.aspx>>. Acesso em: jun. 2014.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Programa de Gestão de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/gestaoderecursosohidricos.aspx>>. Acesso em: jun. 2014.
- BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. PROCIDADES. Disponível em: <<http://www.bidprocidades.org.br/sit/index.do>>. Acesso em: jun. 2014.
- BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Produtos/FINEM/saneamento.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/saneamento.html)>. Acesso em: jun. 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. 17 p. Brasília (DF), 2007.
- . Ministério das Cidades; Ministério da Saúde. Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento. 152 p. Brasília (DF), 2011.
- . Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Saneamento Rural. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/>>. Acesso em: jun. 2014.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Saneamento para Todos. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/assistencia\\_tecnica/produtos/fianciamento/saneamento\\_para\\_todos/index.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/fianciamento/saneamento_para_todos/index.asp)>. Acesso em: jun. 2014.

CBH-RIO DAS VELHAS – COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS; AGB PEIXE VIVO – ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO – MG. Plano Municipal de Saneamento Básico: Itabirito – MG. Elaborado pela DRZ GESTÃO AMBIENTAL. 53 p., 2013.

CBH-RIO DAS VELHAS – COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS; AGB PEIXE VIVO – ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO; PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO – MG. Plano Municipal de Saneamento Básico: Ouro Preto – MG. Elaborado pela DRZ GESTÃO AMBIENTAL. 73 p., 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária. Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015. 563 p. Belo Horizonte, 2011.

SSRH/CSAN – SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS DE SÃO PAULO; PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL – SP. Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico: Jaboticabal – SP. Elaborado pelo Consórcio ENGEORPS – MALBERTEC. 256 p., 2013.

# ***ANEXO I – REUNIÃO DO PRODUTO 6: PLANO DE INVESTIMENTOS***

---

---

---

## ATA DA OFICINA

---

Data: 04/08/2014 – 9h

Local: Câmara Municipal

Participantes: 09 pessoas, representantes dos comitês executivo e de coordenação, além da representante do IBIO AGB DOCE e profissional da Engecorps.

Objetivos: Apresentação e discussão do Plano de Investimento (Produto 6) proposto para o PMSB do município, a partir das proposições de programas, projetos e ações nos quatro componentes do saneamento básico apresentados no Produto 5.

Desenvolvimento da reunião:

Foi solicitado encaminhar para o comitê de coordenação o contato da COPASA para que a mesma seja convidada nos próximos eventos.

A responsável pelo Plano por parte da Engecorps acertou com todos os presentes a metodologia da reunião, agradeceu a presença de todos e estimulou a contribuição dos presentes deixando-os à vontade para se manifestarem.

A metodologia acertada, consistiu na leitura em conjunto do Produto 6, e assim cada ponto e/ou valor foi discutido e consolidado pelos participantes presentes.

Alguns pontos – valores do plano de investimentos, foram questionados e assim a Engecorps se responsabilizou em revisar os dados e/ou valores necessários, conforme descritos a seguir:

- ✓ No quadro 3.2, rever o valor da ETE – já está prevista uma ETE na Sede Urbana com um custo de R\$12.000.000,00, e uma outra ETE que tratará o esgoto do Córrego Fundo (comunidade rural) com custo já estimado em R\$2.000.000,00;
- ✓ No quadro 3.3, rever o valor para coleta seletiva: inserir valor de aquisição de área para implantação de central de triagem e usina de compostagem, prevendo a construção das benfeitorias e a compra dos equipamentos de operação necessários;
- ✓ Ainda no quadro 3.3, prever compra de área para implantar local de estocagem dos RCC e instalação do britador;
- ✓ No quadro 3.3, retirar o item “Regularização do atual depósito de RCC”, pois não há esta área no município;
- ✓ No quadro 3.6, rever valor para todos os Programas Educacionais, muito baixos, prever verba de R\$300.000,00 para cada programa;

- ✓ O município solicita o levantamento dos investimentos necessários para a universalização do Saneamento Rural, como por exemplo: custo de implantação de uma fossa séptica individual e uma coletiva, custo de se implantar um tratamento simplificado em água coletada em nascente/mina e em poço.

Ao final, foi lembrado que a elaboração do PMSB é um processo contínuo que só finaliza após a realização da audiência pública com a consolidação do Plano e a elaboração da minuta de lei do mesmo sendo que a qualquer momento poderão ser recebidas contribuições sobre os produtos já entregues.

## REGISTRO FOTOGRÁFICO







# LISTA DE PRESENÇA



MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE MINAS  
Plano Municipal de Saneamento Básico



## REUNIÃO AVALIAÇÃO DO PRODUTO 6

Objetivos: Análise e discussão da Minuta do Produto 6 entregue.

Data: 04/02/2014

Local: Câmara Municipal

Horário: 9:00h

Nº	Nome	Empresa	Telefone	Assinatura
01	Leandra Brigeron	ENGECORP	(11) 2135 5261	<i>[Handwritten Signature]</i>
02	Jose Concilio G.	3º TOADE	03138531519	<i>[Handwritten Signature]</i>
03	Maurice Rodrigues	Mio Ambiente	313253 1898	<i>[Handwritten Signature]</i>
04	Pravio Miranida Siqueira	Sologuardo	99764980	<i>[Handwritten Signature]</i>
05	Guilherme de Souza	EMATER MG	(31) 3953 1899	<i>[Handwritten Signature]</i>
06	Jenico Martins	Vicobrasil	31 8846 8848	<i>[Handwritten Signature]</i>
07	Edus Gomes	PREFEITURA	(31) 8650 8831	<i>[Handwritten Signature]</i>
08	Jelma Procopio Guerra	IBIO	(31) 58312839	<i>[Handwritten Signature]</i>
09	Camila Maria Jesus Sousa	Prefeitura	(31) 9838-5951	<i>[Handwritten Signature]</i>



MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE MINAS  
Plano Municipal de Saneamento Básico



REUNIÃO  
AVALIAÇÃO DO PRODUTO 6

Objetivos: Análise e discussão da Minuta do Produto 6 entregue.

Data:

Local:

Horário:

Nº	Nome	Entidade	Telefone	Assinatura
	<i>em@bela Vista de Minas</i>			
	<i>vic@bela Vista de Minas</i>			
	<i>sal@bela Vista de Minas</i>			
	<i>controladoria@bela Vista de Minas</i>			
	<i>net@bela Vista de Minas</i>			
	<i>mm@bela Vista de Minas</i>			
	<i>trans@bela Vista de Minas</i>			

## **ANEXO II – PARECER IBIO – AGB DOCE / MUNICÍPIO**

---

---

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)  
BELA VISTA DE MINAS**

**1. REFERÊNCIA**

Parecer Parcial: Avaliação do Produto 6 - Planos de Investimentos para os Serviços de Saneamento Básico / Engecorps Engenharia/Contrato 23 /2013.

Responsável técnico: Telma Procópio Guerra-consultora do IBIO-AGB DOCE/Contrato 06/2014/CREA 60301/D

Data: 16/12/2014

**2. ANTECEDENTES**

O Produto 06 é referente ao Plano de Investimentos elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Bela Vista de Minas, integrante da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Piracicaba – DO2, conforme contrato 23/2013 firmado em 01/11/2013 entre a ENGECORPS e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB DOCE).

**3. CONSIDERAÇÕES**

A minuta do Produto 06 – Plano de Investimentos para os Serviços de Saneamento Básico de 08/07/2014, composto de 39 páginas, foi analisado com o comitê de coordenação do município de Bela Vista de Minas.

A análise foi embasada na lei federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e no termo de referência (TdR) do Ato Convocatório nº 17/2013 (Contrato de gestão ANA nº 072/2011) para elaboração do Plano de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio Doce/UGRH 2 Piracicaba.

1  


Conforme análise realizada, verifica-se a necessidade de alterações e inclusões das informações apresentadas no conteúdo do documento.

### 3.1. Adequações das informações

I - No quadro 3.2, rever o valor da ETE – já está prevista uma ETE na Sede Urbana com um custo de R\$ 12.000.000,00, e a outra ETE que tratará o esgoto do Córrego Fundo (comunidade rural) com custo já estimado em R\$ 2.000.000,00;

II - No quadro 3.3, rever o valor para coleta seletiva: inserir valor de aquisição de área para implantação de central de triagem e usina de compostagem, prevendo a construção das benfeitorias e a compra dos equipamentos de operação necessários;

III - Ainda no quadro 3.3, prever compra de área para implantar local de estocagem dos RCC e instalação do britador;

IV - No quadro 3.3, retirar o item “Regularização do atual depósito de RCC”, pois não há esta área no município;

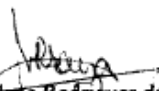
V - No quadro 3.6, rever valor para todos os Programas Educacionais, pois está muito baixo. Prever verba de R\$ 300.000,00 para cada programa;

VI - O município solicita o levantamento dos investimentos necessários para a universalização do Saneamento Rural, como por exemplo: custo de implantação de fossa séptica individual e de coletiva, custo de se implantar um tratamento simplificado em água coletada em nascente/mina e em poço.



#### 4. CONCLUSÃO

Para uma melhor proposta do Plano de Saneamento Básico do município de Bela Vista de Minas, conclui-se que o produto 06 – Plano de Investimento, necessita-se das adequações do conteúdo do documento apresentado, conforme descritas neste parecer.

  
Marilene Rodrigues de Sousa  
Comitê de Coordenação do PMSB  
Município de Bela Vista de Minas

  
Telma Procópio Guerra  
Consultora da IBIO AGB DOCE  
Contrato (nº 06/2014)

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB  
BELA VISTA DE MINAS**

**Referência: Parecer Conclusivo Produto 6 - Planos de Investimentos para os Serviços de Saneamento Básico / Engecorps Engenharia / Contrato 23/2013.**

O município de Bela Vista de Minas, representado por Marilene Rodrigues de Souza do comitê de coordenação e a consultora Telma Procópio Guerra do Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), conforme contrato 06/2014, em atenção ao produto 6, elaborado pela empresa ENGECORPS, conclui-se que minuta do documento apresentado em 20/03/2015, composto de 55 páginas; atende a exigência para elaboração do plano de saneamento básico.

Portanto, os representantes acima citados aprovam o Produto 6 – Plano de Investimentos, apresentado como etapa integrante da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico para o município de Bela Vista de Minas.

Bela Vista de Minas, 05 de agosto de 2015.



Marilene Rodrigues de Souza  
Comitê de Coordenação  
Município de Bela Vista de Minas



Telma Procópio Guerra  
Consultora do IBIO-AGB DOCE (Contrato nº 06/2014)  
CREA MG 60301/D